



Catedral Presbiteriana do Rio
Escola Bíblica Dominical

Série
COMENTÁRIO EXPOSITIVO

“

VAMOS AOS

ROMANOS COM PAULO”

Uma exposição de versículo a versículo ensinando os dogmas, a fé, a doutrina, o que devemos crer, como devemos crer nos princípios da fé cristã.



ANTÔNIO JOSÉ DO
NASCIMENTO FILHO

Direção:

Maurício Buraseska

Autor da Lição:

Antônio José do Nascimento

Diagramação e Capa:

Raul Vargas Filho

Série
COMENTÁRIO EXPOSITIVO

“

VAMOS AOS

ROMANOS COM PAULO”

Uma exposição de versículo a versículo ensinando os dogmas, a fé, a doutrina, o que devemos crer, como devemos crer nos princípios da fé cristã.





CAPÍTULO DOIS

“UMA ABORDAGEM BÍBLICO-TEOLÓGICA DO SEGUNDO CAPÍTULO DE ROMANOS”

2.1-16 — Como Deus julga? Ele julga com justiça (v. 2), segundo as obras de cada pessoa (v. 6-10) e a partir do que cada uma conhece (v. 11-16).

2.1 — Em Romanos 1.18-32, Paulo declarou que todas as pessoas injustas são inescusáveis. Aqui, ele demonstra que o farisaísmo também é inescusável, e assim revela os padrões pelos quais todo o mundo será julgado. O julgamento será: (1) de acordo com a verdade (v. 1-5); (2) de acordo com as obras (v. 6-11); e (3) de acordo com o conhecimento que se tinha da Lei (v. 12-16).

2.2 — A verdade, no sentido utilizado nesse versículo, é distinta daquela apresentada em Romanos 1.18,25, onde Paulo recorre à evidência de Deus na criação. Aqui, Paulo faz alusão à verdadeira condição da humanidade.



2.3 — E tu, ó homem. Refere-se ao homem que conhece o certo e o errado, pratica o que é errado, mas condena os outros pelos mesmos erros que ele também comete, pensando que os seus próprios pecados não serão julgados por Deus.

2.4 — Ignorando que a benignidade de Deus te leva ao arrependimento. O termo arrependimento significa literalmente mudança de mente. Neste contexto, significa rejeitar os hábitos pecaminosos e voltar-se para Deus. Essa palavra ocorre uma única vez no livro de Romanos.

2.5 — O sentido do termo ira utilizado aqui é diferente da ira de Deus citada em Romanos 1.18. Em Romanos 1.18, a ira de Deus é a sua cólera atuante no tempo presente. Aqui, em Romanos 2.5, a palavra é uma menção à ira futura de Deus, que muitos consideram uma referência ao Dia do Juízo. Sendo assim, as pessoas que continuam em sua rebelião contra Deus estão acumulando a ira divina sobre sua própria cabeça.

2.6 — O qual recompensará cada um segundo as suas obras. Quando os não-salvos comparecerem diante do trono branco, no Dia do Juízo final, para serem julgados, a salvação não estará mais disponível. A porta da graça terá sido fechada. Esse julgamento servirá para determinar o grau do castigo imputado a eles. Assim, Deus atribuirá punições que são compatíveis às más ações de cada indivíduo. Enquanto isso, o tribunal de Cristo será restrito aos cristãos, que serão recompensados por Deus e receberão galardões conforme as suas obras.

2.7 — A partir deste versículo, podemos deduzir que a vida eterna pode ser obtida por meio da prática das boas obras. Mas Paulo ensina claramente que a justificação se dá pela fé (Rm 3.22; 5.1a). Ele não se contradiz. O tema tratado aqui, em Romanos 2.7, é o juízo divino, não a justificação. Os cristãos que praticarem boas obras serão recompensados na vida do porvir.

O Novo Testamento sempre se refere à vida eterna como algo de que o cristão deve usufruir já no presente; essa vida é uma dádiva recebida mediante a fé (Jo 3.16). Contudo, sempre que o Novo Testamento menciona



a vida eterna como algo a ser recebido no futuro por aqueles que já são cristãos, refere-se a recompensas eternas (Rm 5.21; Gl 6.8; 1 Tm 6.17-19; Tt 1.2; 1 Pe 1.7). O galardão terá por base as boas obras realizadas pelos cristãos aqui na terra.

2.8, 9 — Mas indignação e ira aos que são contenciosos e desobedientes. Pessoas com essas características experimentarão o castigo de Deus. Tribulação e angústia estão reservados para todos os que fazem o mal. A verdade (v. 8) é uma alusão à mensagem de evangelho (ver Gl 2.5).

2.10 — Todo cristão que faz o bem será recompensado.

2.11 — Porque, para com Deus, não há aceção de pessoas. Uma verdade eterna é que Deus lida com a condenação sem favoritismo e, da mesma forma, Ele lida com a salvação sem qualquer favoritismo. Deus é imparcial. Ele não muda o Seu padrão. Tanto a retidão como a injustiça são consideradas, e julgadas.

2.12 — Os que sem Lei refere-se aos gentios (v. 14); os que sob a Lei, aos judeus.

2.13 — Os que ouvem a Lei não são justos diante de Deus, mas os que praticam a Lei hão de ser justificados. Não é suficiente saber o que Deus quer que façamos; só os que praticam a Sua vontade agradam a Deus (Lc 6.46). Serão justificados. Pelo perdão de seus pecados e da aceitação de um relacionamento correto com Deus.

2.14 — Fazem naturalmente as coisas que são da Lei. Os gentios que ainda não têm a Lei fazem coisas boas, como, por exemplo, honrar os seus pais. Isso é uma evidência de que eles acreditam em uma lei moral básica (v. 15). Eles sabem em seu coração que há diferença entre o certo e o errado. Essa lei da consciência serve como juiz para eles, em lugar da Lei de Moisés.

2.15 — Não é a Lei que está inscrita em nosso coração, mas a obra da lei. A Lei de Moisés foi gravada em pedras, porém há também uma lei moral, semelhante a ela, escrita no interior de todas as pessoas.



2.16 — Conforme o evangelho que Paulo pregou, Deus não julgará apenas os atos das pessoas, mas as suas motivações e seus segredos; julgará aquilo que está oculto (1 Co 4.5).

2.17-29 — Paulo aplica os padrões do julgamento de Deus diretamente ao Seu povo escolhido. Os judeus reivindicam privilégios pelo fato de terem sido instruídos diretamente por Deus, de forma que se tornaram capazes de distinguir com exatidão o certo e o errado. Eles aspiram ensinar os outros (v. 17-20), porém, sua conduta incompatível contradiz o seu conhecimento (v. 21-24). A aliança feita por meio da circuncisão torna-se inútil diante da conduta inadequada dos judeus (v. 25). Os pagãos incircuncisos tornam-se aceitáveis a Deus por causa da sua conduta íntegra (v. 26, 27). Deus olha para as atitudes presentes no coração das pessoas (v. 28,29).

2.17 — Eis que tu, que tens por sobrenome judeu, e repousas na Lei, e te glorias em Deus. Os israelitas que permaneceram em Israel e os que retornaram após o período do cativeiro babilônico receberam a designação judeus, embora estivessem inclusas sob esse epíteto pessoas pertencentes a várias outras tribos que não Judá. Paulo se autodenomina judeu (At 21.39), mas também se considera israelita (Rm 11.1) e hebreu (F13.5). Todos os três termos referem-se ao mesmo povo, porém o hebreu é o termo técnico para designar a etnia, enquanto Israel é o epíteto de alcance nacional, e judeu é a designação religiosa de filhos de Jacó.

Os judeus descansaram na Lei porque essa foi descrita como sabedoria e... entendimento perante os olhos dos povos (Dt 4-6). Os judeus não tiveram de viajar ao redor do mundo para estudar em uma universidade distante. Eles não tiveram de confiar na filosofia dos gentios. Os judeus confiaram em sua Lei para se tomarem tudo aquilo que precisavam ser e ter a melhor educação que pudessem receber. Eles celebravam ao Deus que havia lhes dado a Lei.



2.18 — Aprovas as coisas excelentes. Aquelas coisas que são moralmente importantes.

2.19, 20 — Os judeus aos quais Paulo se dirigiu não estavam apenas seguros ou repousando diante de Deus (v. 17,18), mas também se sentiam superiores aos outros, considerando-se guias, luzes, faróis, instrutores e mestres.

2.21-23 — Tu, pois, que ensinas a outro, não te ensinas a ti mesmo? Há certo grau de ironia nessa pergunta de Paulo. Os judeus estavam preparados para ensinar aos gentios os mandamentos da Lei, mas eles próprios quebravam tais mandamentos. Observe: Tu, que pregas que não se deve furtar, furtas? (o oitavo mandamento). Tu, que dizes que não se deve adulterar, adulteras? (o sétimo mandamento). Tu, que abominas os ídolos, cometes sacrilégio? (o segundo mandamento). Os judeus estavam prontos para pregar a moralidade, mas não estavam prontos para praticar a mensagem que eles próprios pregavam. Eles estavam roubando uns aos outros, ou talvez mantinham em si grande cobiça; eles cometiam adultérios; eles profanavam a casa de Deus, transformando-a em local de comércio. Sendo assim, Paulo fez a provocadora pergunta: Tu, pois, que ensinas a outro, não te ensinas a ti mesmo? Tu, que pregas que não se deve furtar, furtas? Tu, que dizes que não se deve adulterar, adulteras? Tu, que abominas os ídolos, cometes sacrilégio? A transgressão da Lei traz desonra a Deus. Os judeus reivindicam ter o conhecimento da Lei, embora não a pratiquem. Eles se esquecem de que a Lei habita onde ela é silenciosamente praticada.

2.21 — Privilégios especiais, como, por exemplo, ter a Lei, não garantem que haja na vida de seus detentores a prática da justiça ou o estado de retidão.

2.22 — Aparentemente não era comum que os inimigos dos judeus os acusassem de idólatras. E possível que Paulo tenha usado a frase Tu, que abominas os ídolos, cometes sacrilégio em seu sentido figurativo como um equivalente a ser sacrílego ou incrédulo.



2.23, 24 — Paulo assevera que os judeus se consideravam os exclusivos na ação de guiar os cegos (v. 19). A verdade, porém, é que eles estavam transgredindo e desonrando as próprias leis de Deus (Mt 15.3-9). O apóstolo aplica o texto em Isaías 52.5, a fim de provar a veracidade do seu ponto de vista. O resultado da hipocrisia dos judeus era a blasfêmia contra Deus feita pelos gentios.

2.25, 26 — A circuncisão é um ritual sem qualquer valor, a menos que a pessoa desenvolva um coração obediente, completamente submisso ao querer de Deus (1 Sm 15.22; Is 1.11-20). Por outro lado, se um gentio praticasse a Lei, a circuncisão não importaria tanto. Deus estabelece Seu juízo às pessoas em conformidade com o estado ou com o coração do julgado, e não em concordância à aparência externa.

2.27 — Não te julgará...? Os judeus adeptos do farisaísmo acreditavam que escapariam do julgamento divino. Eles afirmavam que o julgamento de Deus estava restrito aos gentios. Paulo, contudo, confrontou a hipocrisia deles. Um gentio que praticasse a Lei poderia julgar um judeu que tivesse a transgredido.

2.28,29 — Paulo afirma que a circuncisão, em si mesma, não tem qualquer valor (v. 25-27). A circuncisão externa não tem nenhum proveito diante de Deus, porque o desejo dele é que seus filhos demonstrem exteriormente as mudanças ocorridas em seu interior, bem como as intenções e os sentimentos que eles nutrem no coração. O ensino de Paulo é coerente e está em concordância com a Lei e com o ensino dos profetas no Antigo Testamento, pois estes demandavam uma circuncisão no interior (Dt 10.16; Jr 4.4). Circuncisão [...] no espírito, não na letra. A transformação do coração, que Paulo descreve com a imagem de circuncisão interior, é o trabalho do Espírito Santo, não o resultado da obediência externa da Lei. Na realidade, Deus só aprova a observância externa da Lei se essa for produto de um coração íntegro (Is 1.10-18).



DEUS NÃO TEM FAVORITOS

“Porque em Deus não há aceção de pessoas.” - Romanos 2.11

No capítulo anterior, em nosso estudo introdutório desta seção da carta aos Romanos, vimos que, em última análise, o problema da alienação que há entre o homem e Deus surge como resultado da corrupção da sua natureza. No primeiro capítulo, Paulo tira do mundo pagão as evidências que sustentam este ponto de vista, quanto à natureza humana. Acusa os pagãos de iniquidade, fornicção, maldade, cobiça, malícia, e assim por diante, até alistar mais de vinte pecados diferentes nesta descrição da depravação moral do mundo. A profundidade da degradação à qual se lançaram os homens mede-se de forma resumida no último versículo do capítulo 1: “Ora, conhecendo eles a sentença de Deus, de que são passíveis de morte os que tais coisas praticam, não somente as fazem, mas também aprovam os que assim procedem” (v. 32).

Aqui, apresenta-se o quadro de pessoas que são tão depravadas que não somente cometem atos imorais, por sua própria conta, como também se deleitam em ver multiplicar-se a imoralidade. É só ler esta lista de pecados, tirada da prática dos pagãos do primeiro século, para se ter uma ideia da realidade de quão baixo nós temos caído, quanto a moral em nossos dias. Não há um pecado sequer, mencionado naquela lista, que não se pratique abertamente, hoje em dia. Todos os jornais das grandes capitais imprimem reportagens dos mesmos pecados e crimes, revelando a conduta escandalosa da sociedade moderna, que anda afastada de Deus. É o que acontece a uma sociedade que vira as costas ao Deus vivo e verdadeiro.

Paulo tem ainda mais coisas a acrescentar. Ainda não encerrou a lista de acusações contra a raça humana; no primeiro capítulo Paulo descreve a sociedade pagã do primeiro século; no segundo capítulo descreve a sociedade religiosa – especificamente a conduta dos judeus que receberam os benefícios da revelação da lei moral de Deus. Aqui, Paulo apresenta o indivíduo complacente. O segundo capítulo contém o juízo de Deus pronunciado contra o moralista. O judeu, com sua lei moral, só sabia desprezar o gentio que estava sem lei semelhante. Orgulhava-se de pertencer ao povo da Aliança de Deus. Os judeus tinham a lei e as



ordenanças, sentiam-se seguros por possuírem a permanente aprovação de Deus. Nesta parte de Romanos, no entanto, Paulo faz incidir a luz de mais revelações divinas sobre estas pessoas religiosamente complacentes.

Há aqui uma avaliação da moralidade dos que são retos aos seus próprios olhos, e, em seguida, uma exposição prolongada do juízo da mesma. Deus, sendo absolutamente reto, não dissimula a presença do pecado. Esta verdade é declarada mediante uma única expressão nítida e categórica, em Romanos 2.11: "Porque para Deus não há acepção de pessoas." Este é o tema da seção que estamos estudando neste capítulo, e achamos três princípios de julgamento no desenvolvimento do mesmo, exposto por Paulo.

O primeiro princípio é da certeza da condenação divina ao pecado. Nesta altura, podemos voltar a Romanos 1.18, que começa esta discussão do pecado do homem e da sua rebelião contra Deus. Paulo, começando seu argumento que demonstra que todos precisam da salvação, declara: "A ira de Deus se revela do céu contra toda impiedade e perversão dos homens que detêm a verdade pela injustiça" (Romanos 1.18).

Isto demonstra que há no evangelho não somente a revelação da Justiça de Deus, através da qual são salvos os que crêem, como há também a revelação da justiça de Deus, através da qual os pecadores são condenados. Deus revela ambos os aspectos, não escondendo nada. Nada oculta daquilo que Ele há de fazer, e quando falamos da revelação de Deus em Cristo Jesus, devemos saber que é uma revelação de misericórdia e também de condenação.

Nos nossos dias modernos, pouca coisa disso tem sido dita com respeito à ira de Deus como parte importantíssima da revelação que Deus faz de Si mesmo, e se é mencionada, é com falta de entendimento ou com tentativas de achar explicações que diminuem seu impacto. A ira de Deus não é semelhante à raiva humana. Sua ira não é paixão nem emoção. A ira de Deus é a Sua justa determinação que punirá todo o pecado; é a resposta da Sua santidade à maldade e à rebeldia do homem. Precisamos receber novamente a revelação básica da Bíblia, de que todos os homens vivem na



presença do Deus santo e justo. Tudo quanto fizermos está em aberto diante do Seu escrutínio. Haveremos sempre de prestar-Lhe conta dos nossos atos.

É com o próprio Deus vivo que devemos entrar em entendimento. Pela revelação, sabemos que é certo e inevitável o juízo, e a nossa consciência confirma esta certeza. A consciência do homem – a não ser que esteja completamente cauterizada – é testemunha pessoal e íntima à realidade do juízo. Paulo apela a este fato nos primeiros versículos do capítulo 2, mostrando que todos os homens reconhecem o princípio do juízo, porque todos nós julgamos aos outros. Diariamente condenamos práticas que não merecem a nossa aprovação. Ficamos escandalizado por aquilo que consideramos atos de injustiça da parte dos outros, e partindo deste fato, Paulo fez um apelo ao julgamento divino dizendo: “No que julgas a outro, a ti mesmo te condenas”. Possuímos mesmo uma consciência do que é o julgamento, porque: “Bem sabemos que o juízo de Deus é segundo a verdade, contra os que praticam tais coisas.”

Uma segunda linha quanto à certeza do juízo de Deus pronunciado contra o pecado se percebe na própria vida. Este é um universo moral, o homem é uma criatura moral, e não se permite quebrar impunemente a lei moral. Este princípio é demonstrado graficamente na revolução sexual dos nossos dias. Aqueles que desejavam a completa liberdade da expressão sexual já a atingiram em nossa sociedade moderna. Agora, após terem rejeitado todos os mandamentos e os ensinamentos éticos da Bíblia, nos quais se baseava a nossa cultura, após terem derrubado todas as restrições morais à livre expressão dos seus desejos, após terem conseguido impor à sociedade a permissividade que reivindicam, estão começando a entrar em choque contra a lei moral final e suprema que se acha como parte integrante da natureza humana. Os psiquiatras que trabalham principalmente entre universitários nos informam que o número dos pacientes se multiplicou após o advento da nova moralidade. Por estranho que pareça, esses jovens, tanto homens quanto mulheres, são atormentados pela consciência e pelo senso de culpa e, pior ainda, estão perdendo qualquer capacidade de achar o verdadeiro amor e contentamento. O segundo princípio do juízo, é que é imparcial, que está de acordo com os fatos do caso. A totalidade do julgamento divino se baseia na situação real das coisas. É isso o que Paulo



quer dizer que o juízo de Deus é imparcial, ou que Deus não tem favoritos. Foi esta a mensagem de Paulo aos moralistas, às pessoas para as quais a religião não passava de conformidade legal a certas regras e práticas externas. Tinham certeza de que Deus lhes dedicava Sua aprovação, porque Ele mesmo fizera com eles Sua aliança. Paulo destrói toda a complacência deles ao demonstrar-lhes que o princípio da aliança não é o favoritismo; o julgamento divino se pronuncia imparcialmente em todos os homens. Isto, naturalmente, de modo nenhum entra em conflito com o princípio fundamental do evangelho, que declara que a salvação vem pela graça e que Deus graciosamente perdoa os nossos pecados; pelo contrário, apenas quer dizer que a graça nunca deve ser confundida com favoritismo.

A graça de Deus que nos é oferecida mediante o evangelho, é derramada sobre todos em pé de igualdade, sempre com a mesma condição do arrependimento e da fé. Paulo, fazendo resumo da sua própria pregação do evangelho, diz que andava em todos os lugares pregando o arrependimento perante Deus e a fé em nosso Senhor Jesus Cristo. Há, portanto, constantes exortações no Novo Testamento, no sentido de nos examinarmos para ver se estamos andando na fé, porque somente por meio desta fé em Jesus Cristo, é que pode haver o livramento do juízo. Cristo encaminha à lei os que têm confiança em si mesmos; aos penitentes consola com o evangelho. Este mesmo princípio acha-se no manual para a "Visitação dos Enfermos", escrito por John Knox, o heróico reformador escocês, onde ele dá a seguinte orientação: "O visitante pode sustentá-lo com doces promessas da misericórdia divina, que são nossas mediante a obra de Cristo, percebe-se que o paciente está com receio das ameaças divinas. Se, pelo contrário, o paciente não se deixa comover pelo sentimento da sua própria culpa, precisa ser humilhado pela exposição da lei divina".

O terceiro princípio do juízo divino é aquele baseado em procedimento: "... da revelação do justo juízo de Deus, que retribuirá a cada um segundo o seu procedimento" (Romanos 2.6). Este princípio é ensinado na Bíblia inteira, e encontra-se em todas as partes do Novo Testamento. Acha-se no Sermão da Montanha, destaca-se no livro de Apocalipse (o livro do juízo por excelência da Bíblia), e aparece nas demais Epístolas, sendo especialmente ressaltado por Tiago. Este princípio já deu origem a



discussões desnecessárias, sendo que os críticos levantaram objeção de que, neste ponto, a Bíblia entra em contradição consigo mesma. A cuidadosa leitura da exposição deste princípio que Paulo faz em Romanos demonstra, porém, que aqui não há contradição alguma entre a fé e as obras, contradição esta, aliás, que não surge em nenhuma parte da Bíblia.

Devemos sempre tomar como ponto de partida o depoimento claro e sem ambiguidade de que a justificação vem pela fé somente, excluindo-se quaisquer considerações secundárias. "Ninguém será justificado diante dele por obras da lei" (Romanos 3.20); "Ora, ao que trabalha, o salário não é considerado como favor, e sim como dívida. Mas ao que não trabalha, porém crê naquele que justifica ao ímpio, a sua fé lhe é atribuída como justiça" (Romanos 4.4,5). Alguém poderá formular a pergunta: Como se reconcilia isto com a declaração de que Deus retribuirá a cada um segundo o seu procedimento, ou seja, suas obras? Em primeiro lugar, devemos entender em que parte jaz a verdadeira discrepância ou dificuldade. A antítese não é entre fé e obras, e sim, entre o merecer a salvação e o recebê-la como Dom gratuito da graça de Deus.

Não há nenhuma linha na Bíblia que sugira que qualquer homem pode merecer a própria salvação. Não se obtém a salvação ou a justificação mediante as obras: é sempre o Dom gratuito que Deus oferece mediante a graça. Mesmo assim, as obras pelas quais seremos julgados são o fruto da fé. Paulo diz em Efésios: "Porque pela graça sois salvos, mediante a fé; isto não vem de vós, é Dom de Deus, não de obras, para que ninguém se glorie. Pois somos feitura dele criados em Cristo Jesus para as boas obras, as quais Deus de antemão preparou para que andássemos nelas" (Efésios 2.8-10). Jesus disse: "Os que se acham nos túmulos ouvirão a sua voz e sairão: os que tiverem feito o bem, para a ressurreição da vida; e os que tiverem praticado o mal, para a ressurreição do juízo" (João 5.29).

O tema central do ensino de Jesus é: "Pelos seus frutos vós os conhecereis". No final das contas, a realidade da fé que se possui nunca poderá ser medida por meras palavras ou alegações. Lembrem-se das palavras de Jesus: "Nem todo o que me diz: 'Senhor, Senhor' entrará no reino dos céus, mas aquele que faz a vontade de meu Pai que está nos céus"



(Mateus 7.21). Somos salvos mediante a fé somente, mas esta fé mediante a qual somos salvos, revela, pelas obras que praticamos que realmente somos salvos. Ou, em linguagem mais teológica, o Novo Testamento inteiro insiste em que nossa justificação seja seguida pelos frutos da justiça.

Paulo termina sua explanação sobre o juízo fazendo séria advertência aos seus leitores. Não entendam erroneamente a paciência de Deus: o juízo pacientemente adiado não significa que não haverá juízo algum. Deus nem sempre pune imediatamente o pecado. Seguem-se algumas perguntas que Paulo fez aos seus leitores do primeiro século, e que cada um de nós hoje bem podia fazer a si mesmo: “Tu, ó homem, que condenas aos que praticam tais coisas e fazes as mesmas coisas, pensas que te livrarás do juízo de Deus? Ou desprezas a riqueza da Sua bondade, e tolerância, e longanimidade, ignorando que a bondade de Deus é que te conduz ao arrependimento?” (Romanos 2.-34).

Quantas vezes, quando é cometido um assassinato ou outro ato de injustiça, ouvimos alguém dizer: “Por que Deus permite isto?” Comentários desta natureza surgem da parte daqueles que não têm o conceito certo da paciência de Deus. O propósito de Deus em adiar o juízo não visa consolar os pecadores, e sim levá-los ao arrependimento. Deus não está deixando o pecado escapar despercebido quando demora em aplicar o castigo; é inevitável a condenação de Deus ao pecado, mas Ele adia o pronunciamento do castigo sobre o pecado a fim de que as pessoas possam se arrepender e abandoná-lo. É por essa razão que a Bíblia diz: “Buscai ao Senhor enquanto se pode achar; invocai-O enquanto está perto. Deixe o perverso o seu caminho, o iníquo os seus pensamentos; converta-se ao Senhor, que se compadecerá dele, e volte-se para o nosso Deus, porque é rico em perdoar” (Isaías 55.6,7). Quero falar agora em prol do Evangelho da Graça de Deus. Compreenda o que Deus quer com isso: quer levá-lo ao arrependimento. Os homens quebram as leis de Deus, zombam do Seu domínio, blasfemam o Seu nome, como acontece hoje em dia, mesmo assim, quando estas coisas estão acontecendo, Deus ainda está refreando a Sua ira contra tanta maldade e iniquidade, por ser Ele misericordioso e gracioso, apesar de ser santo e reto. O dia da sua paciência chegará ao fim, e este será o começo do dia do julgamento. Você precisa preparar-se para enfrentar este dia, fazendo



exatamente aquilo que a Palavra de Deus insiste com urgência que você faça – arrependa-se e creia. Não despreze a bondade divina, não entenda mal a Sua paciência, porque tudo isso visa levá-lo ao arrependimento. Faça o que é certo para resolver o problema agora mesmo.

O PRIVILÉGIO TRAZ CONSIGO A RESPONSABILIDADE “Tu que te glorias na lei, desonras a Deus, pela transgressão da lei?” Romanos 2.23. Nesta parte da carta aos Romanos, Paulo entra na terceira etapa do seu argumento para demonstrar a necessidade universal da Salvação. Paulo nos diz nestes capítulos iniciais da carta que: “Não há quem faça o bem, não há um sequer”. Demonstra essa verdade primeiramente através de uma descrição exaustiva e detalhada da moralidade pagã do mundo romano no primeiro século. Examina então o desempenho moral do seu próprio povo, e demonstra que, apesar de serem mais altos os seus padrões, seu nível de moral do ponto de vista de Deus não é melhor.

O apóstolo Paulo chega assim à conclusão: “Porque não há distinção, pois todos carecem da glória de Deus”. Paulo, no entanto, não demonstra meramente a insuficiência da moralidade do povo judeu – dos legalistas e moralistas dos seus próprios dias; assevera que são alvo da condenação divina por terem desprezado seus altos privilégios, abusando deles. Possuíam melhores conhecimentos da vontade de Deus do que os pagãos, deixaram porém de obedecê-la e segui-la.

Aprendemos, portanto, nessa parte o princípio geral de que o privilégio traz consigo a responsabilidade. Paulo analisa o fracasso dos judeus dos seus dias. Esta descrição da maneira pela qual os judeus praticavam a religião deles durante o primeiro século, tenha talvez algum interesse acadêmico e histórico – qual seria porém a relevância que poderia isto ter para nós, e totalizando qual a mensagem transmitida à igreja dos nossos dias? Este foi o meu raciocínio, porém quanto mais estudava o capítulo, mais o compreendia, pois pareceu-me impossível deixá-lo de lado. Paulo em I Coríntios acerca do fracasso de Israel nos tempos do Antigo Testamento: “Estas coisas lhes sobrevieram como exemplo, e foram escritas para advertência nossas, de nós outros sobre quem os fins do século tem chegado. Aquele pois, que pensa estar em pé, veja que não caia” (I Coríntios 10.11,12).



Estudamos esta carta aos Romanos não simplesmente como uma obra de literatura produzida no primeiroséculo por um dos primeiros convertidos ao cristianismo, e sim, como a Palavra de Deus. Não é somente informativa – através dela, Deus nos fala hoje com respeito à nossa situação. De todas as passagens da Bíblia que nos advertem, escritas para nossa instrução, estas palavras que Paulo escreveu à Igreja judaica do primeiro século são as que mais urgentemente se aplicam a nós. Nessa advertência, a Palavra de Deus fala a todos os membros meramente arrolados de nossas igrejas, atualmente, ensinando-nos aquele grande princípio definido por Cristo: “Aquele a quem muito foi dado, muito lhe será exigido” (Lucas 12.48).

Embora Paulo esteja dirigindo-se aos judeus da sinagoga do primeiro século, é evidente que tudo quanto lhes diz acerca da sua conduta moral e da sua vida espiritual é aplicado diretamente ao membro nominal existente em nossas igrejas hoje. O judeu da sinagoga do primeiro século era elemento privilegiado no mundo pagão. Tinha o conhecimento de Deus, não sabendo, porém, viver à altura desse conhecimento, decaiu no conceito divino, sendo por isso condenado. Com o intuito de entendermos como tudo isso se aplica a nós, em nossas igrejas atualmente, comecemos com um exame da descrição que Paulo nos dá da posição dos privilegiados.

Os judeus do primeiro século tinham uma grande vantagem sobre os pagãos da sua própria época, porque possuíam a revelação de Deus, enquanto o pagão, especialmente o pagão mais esclarecido do primeiro século, tinha o benefício da luz do raciocínio, bem como algumas luzes da providência de Deus na natureza, às quais Paulo faz alusão no primeiro capítulo, e embora todos os homens tivessem o dom de distinguir o certo e o errado, não desfrutavam da vantagem da revelação especial feita por Deus na Sua Palavra. Não possuíam a lei e os profetas. Não possuíam os mandamentos claros e categóricos: “Não terás outros deuses diante de mim”; “Não farás para ti imagem de escultura”; “Honra a teu pai e a tua mãe”; “Não adulterarás”; e assim por diante.

Era esta a vantagem que o judeu da sinagoga possuía, e para melhor entendê-la, devemos ter em mente o fato de que ele não disputava a autoridade e a validade da lei. Todo o Novo Testamento nos mostra que os



judeus do primeiro século, excetuando-se o partido dos saduceus, que eram os cétricos religiosos da época, aceitaram a totalidade da lei e da revelação de Deus no Antigo Testamento. Esta, portanto, era sua posição moral e espiritual.

Paulo catalogou as vantagens dessa situação no capítulo 3, dizendo: “Qual é, pois, a vantagem, do judeu? Ou qual a utilidade da circuncisão? Muita sob todos os aspectos. Principalmente porque aos judeus foram confiados os oráculos de Deus” (Romanos 3.1,2). Quando Paulo diz que os judeus tinham os oráculos de Deus, ele se refere à totalidade da revelação que Deus fizera da Sua própria Pessoa. Deus lhes falara. Revelara-se assim como revelara a verdadeira natureza do homem, sua sublime origem na criação, sua queda no pecado e a corrupção do seu coração. Esta, pois, foi a primeiras das vantagens que o judeu recebeu. Possuía os oráculos de Deus, ou seja, era receptor da Revelação. A Segunda vantagem que o judeu tinha, em contraste com os gentios, era a da aliança, simbolizada na circuncisão.

Precisamos compreender o que significava para o judeu a circuncisão, qual o significado que o próprio Deus lhe emprestava, e então poderemos entender esta passagem das Escrituras. A circuncisão era o sinal da aliança que Deus fizera com Seu povo. Servia como perpétua lembrança ao judeu, da graça e misericórdia de Deus, e das maravilhosas promessas que Ele lhes fizera. Era a garantia da parte de Deus; o sinal de que as promessas seriam cumpridas. Era essa a posição do privilégio. Tendo em mente este esboço espiritual e mortal do judeu do primeiro século, nós que pertencemos à igreja de Jesus Cristo deveríamos estar aptos para vermo-nos a nós mesmos. Possuímos muitos privilégios além dos que possuíam os judeus do primeiro século.

Devemos nos lembrar de que os oráculos, isto é, a revelação da parte de Deus que eles possuíam, era só o Antigo Testamento. Embora Cristo tenha chegado antes da época em que Paulo redigiu suas cartas, eram elas dirigidas a judeus que ainda não conheciam esta verdade. Falava-lhes na base daquilo que aceitavam, isto é: as Escrituras do Antigo Testamento, os oráculos de Deus. Entretanto, nós possuímos muito mais do que eles. Aquilo que hoje possuímos é declarado de modo completo na carta aos Hebreus: “Havendo



Deus, outrora, falado muitas vezes, e de muitas maneiras, aos pais, pelos profetas, nestes últimos dias falou pelo Filho a quem constituiu herdeiro de todas as coisas, pelo qual também fez o universo” (Hb 1.1,2).

Temos a revelação plena e final de Jesus Cristo, que disse: “Eu sou o caminho, a verdade e a vida; ninguém vem ao Pai senão por mim” (João 14.6). Esta é a nossa posição espiritual. É este o privilégio que possuímos; e a responsabilidade que por esse motivo nos é imposta, acha-se na exortação que aquele apóstolo do primeiro século fez à igreja, usando as seguintes palavras da carta aos Hebreus: “Por esta razão importa que nos apeguemos, com mais firmeza, às verdades ouvidas, para que delas jamais nos desviemos. Se, pois, se tornou firme a palavra falada por meio dos anjos e toda a transgressão e desobediência recebeu justo castigo, como escaparemos nós, se negligenciarmos tão grande salvação?” (Hb 2.1-3).

1 - A Doutrina do Juízo Final na História:

Desde os primórdios da Era Cristã, a doutrina de um juízo geral e final esteve sempre em conexão com a doutrina da ressurreição dos mortos. O conceito geralmente aceito é que os mortos haveriam de ressuscitar para serem julgados, segundo as obras que praticaram enquanto estiveram no corpo. Como solene advertência, dava-se ênfase à certeza de um juízo. Esta doutrina já fazia parte do primeiro credo oficial da Cristã, o Credo Niceno, do ano 325 da Era Cristã. O referido credo afirma: “Donde há de vir para julgar os vivos e os mortos”. A idéia predominante era que esse juízo seria acompanhado da destruição do mundo.

2 - O Testemunho da Confissão de Fé:

A nossa Confissão de Fé de Westminster, escrita em Londres entre 1643 a 1649, em seu capítulo XXXIII, seções I e II, declara: “Deus determinou um dia em que, com justiça, julgará o mundo por meio de Jesus Cristo, a quem foram dados pelo Pai todo poder e juízo. Naquele dia não só os anjos apóstatas serão julgados, mas também todas as pessoas que tiverem vivido na terra comparecerão ante o tribunal de Cristo, a fim de prestarem conta de seus pensamentos, palavras e feitos, e receberem o galardão de acordo com o que tiverem feito no corpo, seja o bem, seja o mal. O fim que Deus tem em vista, determinando esse dia, é a manifestação de sua mercê na salvação



eterna dos eleitos, e sua justiça na condenação dos réprobos, que são perversos e desobedientes. Os justos irão, então, para a vida eterna, receberão aquela plena alegria e refrigério que emanará da presença do Senhor; mas os perversos, que não conhecem a Deus e não obedecem ao evangelho de Jesus Cristo, serão lançados nos tormentos eternos e serão punidos com eterna destruição procedente da presença do Senhor e da glória de seu poder” (Atos 17:31; João 5:22, 27; I Coríntios 6:3; Judas 1:6; II Pedro 2:4; II Coríntios 5:10; Eclesiastes 12:14; Romanos 2:16; Rom. 14:10, 12; Mateus 12:36, 37; Mateus 25:31-46; Romanos 2:5-6; Romanos 9:22, 23; Mateus 25:21; At. 3:19; II Tes. 1:7-10).

3 - Ideias Erradas A Respeito do Juízo:

1) O Juízo Descrito na Bíblia é Metafórico: De acordo com Friedrich Schleiermacher, filósofo e teólogo do século XVIII, as descrições bíblicas do juízo final devem ser entendidas como indicações simbólicas do fato de que o mundo e a igreja finalmente se separarão no futuro, sem a existência de um juízo final. Essa explicação acaba com a idéia de um julgamento final da humanidade. É uma explicação que certamente não faz justiça às afirmações bíblicas sobre o assunto.

2) O Juízo é Exclusivamente Imanente: Existe uma máxima do filósofo Schelling que diz: “A história do mundo é o julgamento do mundo”. Em outras palavras, isto significa a tão dita frase: “Quem faz aqui para aqui mesmo”. Os materialistas e ateus adoram esse slogan, porque nega qualquer espécie de Deus, de um outro mundo, ou de um julgamento futuro. Essa crença destrói completamente a doutrina de um juízo final determinado por Deus a acontecer no futuro.

3) O Juízo Não Será um só Evento: Os pré-milenistas dos nossos dias falam de três juízos futuros: A) Um juízo para os eleitos ressurretos; B) e para os eleitos vivos, quando da parousia ou segunda vinda; C) m juízo por ocasião da revelação de Cristo, logo após a grande tribulação, no qual as nações gentílicas serão julgadas como nações, de acordo com a atitude que tiveram para com o evangelho.



4) O Juízo Final é Desnecessário: Alguns consideram inteiramente desnecessário o juízo final, porque o destino de cada ser humano já está determinado no momento de sua morte. Se um homem dormir firmado em Cristo, estará salvo; se morrer sem Cristo, estará perdido. Desde que a questão está resolvida, dizem alguns, não há necessidade alguma de um juízo final.

4 -Características do Juízo Final:

1) O Juízo Final será um Dia de em que o Dilema entre o Sofrimento dos Justos e a Vida Aparente dos Ímpios Serão Resolvidas: O teólogo Louis Berkhof, em sua obra "Teologia Sistemática", p. 735, declara: "A Bíblia nos ensina a ter os nossos olhos postos no futuro, no juízo final, vendo neste a resposta decisiva de Deus para todas essas interrogações, a solução de todos esses problemas e a remoção de todas as discrepâncias aparentes da era atual". O que é manifesto nas Escrituras é que os juízos de Deus no tempo presente não são finais. O mal cometido pelos ímpios continua sem a devida punição na era presente, e, por sua vez, o bem nem sempre é recompensado nesta existência em toda a sua amplitude. Muitas vezes, os ímpios prosperam enquanto os justos padecem na presente vida. O salmista Asafe enfrentou esse dilema: "Quanto a mim, porém, quase me resvalaram os meus pés; pouco faltou para que se desviassem os meus passos. Pois eu invejava os soberbos ao ver a prosperidade dos perversos. Para eles não há preocupações, o seu corpo é sadio. Não compartilham das canseiras dos mortais, nem são afligidos como os outros homens" (Salmo 73:2-5).

Sobre os justos a Bíblia diz: "Todavia, eu estou sempre contigo, tu me seguras pela minha mão direita. Tu me guias com o teu conselho e depois me recebes na glória" (Salmo 73:2-5, 23, 24). "Porque para mim tenho por certo que os sofrimentos do tempo presente não podem ser comparados com a glória a ser revelada em nós" (Rom. 8:18). "Porque não queremos, irmãos, que ignoreis a natureza da tribulação que nos sobreveio na Ásia, porquanto foi acima das nossas forças, a ponto de desesperarmos até da própria vida" (II Co. 1:8).



3) O Juízo Final Será um Dia Remunerativo e Retributivo: Naquele dia, Cristo, o grande juiz, haverá de agir remunerativamente para com os salvos; ao mesmo tempo em que agirá retributivamente para com os ímpios, dando-lhes a justa retribuição por não O haverem crido como Senhor e salvador. Vejamos o testemunho das Escrituras: "E, por isso, estou sofrendo estas cousas; todavia, não me envergonho, porque sei em quem tenho crido e estou bem certo de que ele é poderoso para guardar o meu depósito até o dia final" (II Tim. 1:12). "Já agora a coroa da justiça me está guardada, a qual o Senhor, reto juiz, me dará naquele Dia; não somente a mim, mas também a todos quantos amam a sua vinda" (II Tim. 4:8). "E irão estes para o castigo eterno, porém os justos, para a vida eterna" (Mateus 25:46).







Catedral Presbiteriana do Rio

Rua Silva Jardim, 23 | Centro | RJ

 catedralrio.org.br

 facebook.com/catedralrio

Romanos é, de longe, a mais comentada de todas as epístolas escritas pelo apóstolo Paulo ou a mais estudada de todo o Novo Testamento. O grande reformador Martinho Lutero atribuiu seu renascimento espiritual à leitura dessa carta. Grandes temas da fé cristã como pecado, eleição, justificação, predestinação, relação entre lei e graça, solidariedade da raça e futuro de Israel fazem com que estudiosos se debrucem sobre essa epístola para interpretá-la e aplicá-la aos nossos dias.